

A IMPRENSA REPUBLICANA:
UM ESTUDO DE CASO

Ademir Gebara (*)

ABSTRACT

This paper is a revised edition of the master thesis I submitted 1975 to the Department of History of the University of São Paulo, having as adviser Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota. Two chapters of the original thesis have already been published respectively in the *Anais de Assis* and in the *Anais do Museu Paulista*. The present version benefited from discussions held at the Department of History of UNICAMP, especially in the frame of the project "Capitalismo e Agricultura".

NOTA PRÉVIA

Este artigo é uma edição revista de minha dissertação de Mestrado (*Campinas 1869/1875: Republicanismo, Imprensa e Sociedade*), apresentada em 1975 no Departamento de História da USP, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota.

Publiquei dois capítulos dessa dissertação nos *Anais de Assis* e do *Museu Paulista*. Agora, aproveitando-me dos debates que temos travado no Departamento de História da UNICAMP, e particularmente no Projeto Capitalismo e Agricultura, propus-me a fazer esta revisão.

Procurei não alterar o sentido do trabalho original; a rigor, a revisão foi um contínuo processo de cortes. Em alguns momentos senti-me tentado a reescrever partes do trabalho. Tenho certeza, contudo, de que acabaria fazendo um outro trabalho.

Ficou este mesmo.

Finalmente, quero agradecer alguns amigos que auxiliaram um jovem entusiasmado a ser um profissional entusiasmado. Sem eles, certamente, o mestrado não teria sido alegre. Teté, Italo, Stella, Adalberto, Bel, Carlinhos, Zélia, Jonas, Paulo, Carlos...

No dia 1.º de outubro de 1869 surge em Campinas o bissemanário *Gazeta de Campinas*; José Maria Lisboa responderia pela gerência, o capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques fornece o capital inicial para a montagem da empresa e o advogado e literato Francisco Quirino dos

(*) Do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Santos seria o redator-chefe de um grupo onde pontificariam João Quirino dos Santos, Jorge Miranda, Campos Sales, Francisco Glicério e, circunstancialmente, Francisco Rangel Pestana e Américo Brasileiro de Almeida Melo.

A fundação da Gazeta representou do ponto de vista político o amadurecimento da organização das forças anti-monárquicas da localidade. Tal processo é uma continuidade da ação política do grupo que, poucos anos antes, fundara a Loja Maçônica Independência. Tratava-se, sem dúvida, de um movimento de junção de forças políticas da localidade em torno da Loja e do Jornal; tal junção viria a ter sua expressão política melhor dimensionada no decorrer do movimento republicano.

A cidade de Campinas, a partir de meados do século passado, é caracterizada por um processo de urbanização, no qual coexistem as estruturas agrárias da família patriarcal com os componentes de uma comunidade atendida por inúmeros serviços urbanos: ferrovia, correio, telégrafo, teatro, clubes, escolas, iluminação a gás, jornal, serviços estes que, entre outros, oferecem a viabilidade de aflorarem atitudes menos integradas que aquelas típicas da sociedade imperial, pois alguns destes serviços tendem a modificar e sofisticar os mecanismos de controle social, quer pela participação dos urbanos e das "categorias não comprometidas com o sistema" (1), como pretende Emília Viotti da Costa ou, ainda, quer pela modificação dos mecanismos de controle e de manutenção, em novas condições, do poder decisório nas mãos dos grupos politicamente hegemônicos no aparelho Estado.

Duas direções se colocam para este artigo. Em primeiro lugar, traçar um perfil da cidade e de seus moradores e, posteriormente, fazer a análise da movimentação, nesse espaço geopolítico, do jornal, dos jornalistas e daqueles que poderiam representar as formas de pensamento dos diferentes setores da população.

I

Para traçar o perfil da cidade utilizaremos o jornal *Gazeta de Campinas* e os *Almanaques de Campinas*, editados nos anos de 1870, 1871, 1872, 1873, publicados por José Maria Lisboa, gerente da Gazeta. Para aprofundar a análise do Almanaque de 1870 é utilizado um comentário de Luiz Silvério (2), que escreve um artigo para a *Gazeta* onde, não se preocupando diretamente com as estatísticas, o autor procura usar dados do

(1) Viotti da Costa, Emília — *Da Senzala a Colônia*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, p. 430.

(2) Silvério, Luiz — "A Epidemia das Bexigas", *Gazeta de Campinas*, 13/11/1870, n.º 105.

Almanaque para provar que a epidemia de bexigas que passou pela cidade não era um problema tão grave como muitos pensavam. Tal artigo, ao revelar essas preocupações, faz uma alusão que permite acreditar na correção e no critério dos dados do Almanaque, pois, como se verá, a publicação foi considerada fonte idônea sobre a realidade local.

“Se alguém duvidar do que temos avançado, abra o Almanaque e nos mostre de todos os nomes que ali se acham mencionados um só de alguém que tenha falecido de bexigas. Então nos daremos por vencidos, pois temos a certeza de haver dito a verdade e só a verdade, em benefício do povo”.

Das listas de proprietários, fazendeiros, comerciantes, capitalistas, destacam-se os seguintes trechos:

“Pelo Almanaque de Campinas que em tudo parece ser bem exato, se vê que a população da cidade é calculada em cerca de 10.000 almas e a do município em 30.000. . . . Por este livro se vê que há no município 7 irmandades religiosas, das quais só a do Santíssimo conta hoje mais de 860 irmãos, . . . outras 6 irmandades, que contam um pessoal superior a 1.000 indivíduos. . . . Há nesta cidade 8 sociedades de dança, 2 dramáticas, 1 carnavalesca, 2 de caridade, 4 de instrução e leitura, todos com grande pessoal, residindo a maioria dos sócios dentro da cidade. . . .”

. . . O comércio compõe-se de 70 lojas de fazenda e ferragens, 160 molhados e tavernas, 10 comissões, depósitos, etc. . . . Temos no município 330 lavradores de café, algodão e açúcar, a maior parte freqüenta a cidade e muitos tem nela seus filhos. . . . Nas escolas públicas e particulares da cidade estão matriculados 570 alunos. . . .”

Os critérios adotados por Luiz Silvério para realizar os agrupamentos numéricos são bastante discutíveis em vários aspectos, pois, observando-se detidamente o Almanaque, nota-se que em alguns setores existem senões a considerar, como, por exemplo, o de um comerciante de tecidos, que é ao mesmo tempo comerciante de ferragens e carpinteiro, sendo computado de maneira imprecisa, o que também ocorre nos Almanques dos outros anos, exigindo, por isso, uma confrontação de dados entre os Almanques a fim de realizar as correções necessárias. Seguindo a linha de raciocínio do articulista ocasional da *Gazeta*, no Almanaque de 1872 contam-se 8 irmandades religiosas, além das sociedades de dança, dramáticas, carnavalesca, de caridade e de instrução e leitura, que não apresentam alteração em relação às enumeradas pelo Almanaque de 1870.

Alguns aspectos chamam a atenção pela diversidade entre os números apresentados pelos dois Almanques. Tais fenômenos ocorrem com os setores de educação, comércio e agricultura, onde as variações são significativas para marcar a emergência de fenômenos novos.

No setor educacional, por exemplo, onde, segundo o Almanque de 1870, "são matriculados 570 alunos", encontra-se, em 1872, um total aproximado de 760 alunos, dos quais 130 freqüentando escolas rurais. Tal número equivale a um aumento de 190 alunos em dois anos. Os dados parecem encaminhar-se no sentido de expressar uma realidade urbanística, sobre a qual todas as entidades associativas locais marcavam sua atuação, mantendo elas próprias escolas, ainda porque, como se verá, a incidência do tema "Escola e Educação" nos editoriais dos jornais locais fazem crer que dentro do quadro de urbanização apresentado a educação passava a pesar como elemento componente das expectativas dos homens em foco.

Tal quadro poderá ganhar significação, pois a dar crédito às estatísticas de 1872, o início do analfabetismo estava em torno de 75%. Em Campinas de 1872 podemos constatar que 5,6% da população urbana e 0,75% da população rural freqüentavam escolas; ora, como Campinas constituía-se em notável centro comercial, atividade que exige um nível mínimo de alfabetização, é de se esperar que os índices de analfabetismo da cidade fossem menores do que aqueles apresentados para o restante da província.

Observando isso e lembrando que as fontes de comunicação, divulgação e propaganda resumiam-se na imprensa escrita, será fácil compreender o alcance da imprensa não apenas como órgão de divulgação e doutrinação política, mas também na fixação de determinados padrões ideológicos na elaboração do pensamento da sociedade de então.

Percorrendo ainda no Almanque de 1872 os mesmos caminhos de Luiz Silvério para o Almanque de 1870, no setor comercial os números apresentam-se coincidentes para as lojas de fazendas e ferragens (70 lojas); contudo, no restante o aumento é significativo; as lojas de molhados e tavernas passam para 173 e os depósitos e casas de comissão e importação passam de 10 para 21. Como se vê por este último número, o comércio atacadista e o grande comércio voltado para o exterior é o setor urbano em maior desenvolvimento, isso porque, entre outros fatores, a inauguração da Cia. Paulista de Estradas de Ferro reafirma Campinas como polo comercial de uma vasta área do interior paulista.

Analisando um pouco melhor os critérios de Luiz Silvério, quando apresenta, por exemplo, um total de 330 fazendeiros de café, algodão e açúcar, o autor não confrontou as listas de plantadores para observar possíveis coincidências, uma vez que alguns agricultores mantinham duas culturas e o que Luiz Silvério faz na realidade é somar o número de culturas, o que certamente não corresponde ao número de agricultores. Visto isso, consideramos para 1872 um total de 321 proprietários (cultu-

ras), o que implica na inexistência de 9 propriedades ou culturas em um período de 2 anos ⁽³⁾.

A alteração verificada no número de propriedades agrícolas pode ser explicada ou pela concentração da propriedade, ou pela substituição de plantações. Tudo leva a crer que o que se verifica é a *concentração da propriedade*, pois, pelo número de plantações em 1872, deve-se acreditar que a concentração é o melhor fator explicativo, uma vez que em um período de 2 anos não seria possível uma substituição tão representativa das outras culturas em benefício do café. Diz-se que a substituição foi representativa para as outras culturas, porque as 18 plantações de cana-de-açúcar e as 20 de algodão (1872), somadas às 9 culturas ou propriedades hipoteticamente existentes em 1870, representam uma diferença de 20% em um período de dois anos. Essa diferença é tanto mais significativa à medida que o pequeno número de produtos que não o café fazem crer que essas culturas serviam apenas o consumo. Como esse consumo evoluiu, a linha de raciocínio seguida foi a de que a diminuição das culturas deveu-se às tendências para a concentração da propriedade que atuaram no período.

Embora constituindo número pouco expressivo, deve-se ainda lembrar que, dos fazendeiros, apenas um é comerciante e industrial, mantendo uma fundição e fábrica de máquinas de utilização na agricultura.

Fato de relevância para o estudo da cultura na sociedade camponesa, nos meados do segundo quartel do século XIX, é constatar que nove dos fazendeiros eram bacharéis em Direito e, deles, apenas um exercia a profissão de advogado. Os outros são homens que freqüentemente viajavam para o exterior e muitos deles participam da vida cultural da cidade, quer nos debates através da imprensa, quer atuando nos clubes sociais e artísticos da cidade.

O artigo sobre as "Bexigas" do sr. Silvério demonstra ainda que esses fazendeiros tinham hábitos urbanos muito desenvolvidos, pois 36 dentre eles possuíam mais de uma propriedade urbana ⁽⁴⁾ e os outros, quase todos, possuíam uma casa na cidade. Pode-se ver pelo trecho que se segue que a vida da cidade, mesmo mantendo uma relativa autonomia, devia muito ainda ao agrarismo próprio da formação da economia local:

(3) Na realidade tratava-se de 309 fazendeiros, uma vez que 281 eram plantadores de café; desse número 9 plantavam também cana-de-açúcar e apenas um plantava café, açúcar e algodão. Note-se, ainda, que do total de 309 fazendeiros, 19 plantavam exclusivamente algodão e outros 9 dedicavam-se à plantação de cana-de-açúcar.

(4) O *Almanaque* relaciona como *proprietários* aqueles indivíduos que possuíam casas de aluguel ou, ainda, que obtinham rendas de propriedades urbanas.

“... Presentemente, nem uma só família está ausente da cidade por causa da epidemia: algumas que a princípio se retiraram para as fazendas já voltaram e todas arrastam o pé firme, isto que se diz calamidade...”

... Se tantas senhoras de famílias importantes se mostram em toda a parte alegres e prazenteiras; porque tanto temor da parte dos homens que devem, por sua natureza, mostrar-se mais corajosos?

Esse fato é nobre e honroso para as senhoras e triste para os homens, que, por um motivo ilusório, não vêm à cidade nem para tratar de seus negócios importantes”.

Ficariam incompletas as anotações sobre o fazendeiro de Campinas se não fosse mencionada ainda que além dos 36 proprietários, contam-se ainda 5 capitalistas⁽⁵⁾, dos quais 3 eram também proprietários. Como se vê, existe um pequeno deslocamento de capitais da fazenda para a cidade, pois, além daquelas casas que os fazendeiros mantinham na cidade para ocasiões próprias e uso particular, alguns imobilizavam o capital na área urbana e outros emprestavam dinheiro a juros.

O comércio apresenta-se como representante mais característico do urbano, passando por um ritmo de crescimento notável.

Através dos dados fornecidos pelos Almanques, a presença do comerciante é verificada em algumas atividades da comunidade e participa da vida política do município.

Em torno do comércio, das artes e ofícios levantou-se aproximadamente, para o ano de 1872, 550 firmas. Diz-se aproximadamente porque no que é particular ao comércio, o trabalho com o Almanque oferece algumas dificuldades, pois muitas firmas, além de serem sociedades anônimas, estavam freqüentemente relacionadas mais de uma vez, como no setor de ferragens e fazendas e no de secos e molhados, por exemplo.

Do total dos comerciantes, apenas um, como foi visto, era também fazendeiro, quatro eram capitalistas, sendo que desses, dois eram também proprietários. Dos restantes, 26 eram proprietários e a maioria absoluta exercia apenas a atividade comercial.

(5) “Capitalista”, na acepção veiculada pelos homens do período, refere-se ao indivíduo que tem dinheiro a prêmio. Se dermos crédito a um ofício enviado por um cidadão ao Diretório de Obras da Matriz Nova, onde ele pede sua eliminação da lista dos contribuintes, argumentando que não poderia pagar imposto estipulado para os capitalistas, uma vez que não possuía “mais de 6.000\$ a prêmio”, pode-se admitir que o Capitalista era o indivíduo que possuía mais de 6.000\$ a prêmio (*Gazeta de Campinas*, n.º 10, 2/12/69).

Sobre o crescimento urbano verificado nesse período existem dados na Gazeta de Campinas em fins de 1869 ⁽⁶⁾, que indicam ter na cidade 1.400 prédios, total esse que, comparado com os dados de 1872 ⁽⁷⁾ quando o número de casas atinge a quantia de 1.668, representa um aumento de 268 casas em um período de dois anos, equivalente à construção de 10 novas casas por mês.

Para uma melhor avaliação urbana, fez-se uma amostragem das atividades sócio-profissionais em relação às modificações apresentadas a partir do número de pessoas ligadas a essas atividades. Considerou-se, para tanto, os dados dos anos de 1869 e 1872.

	1869	1872
Tabernas	130	137
Lojas de ferragens	15	17
Calçados	4	5
Armazéns (secos e molhados)	20	20
Fábricas de máquinas de beneficiar café	1	4
Fábrica de bebidas	2	5
Médicos alopatas	7	10
Médicos homeopatas	2	1
Parteiras	3	3
Cocheiras	6	4

Como os outros dados apresentados, esses também, nos números dos jornais indicados, estão acompanhados de comentários e recomendações:

“Uma pessoa de elevado critério apresenta um apanhado mais completo de estatísticas em relação a Campinas.

... Aos daqui dará maior interesse verem em cálculos certos, e a maior parte deles oficiais, pois que foram apanhados nas estações públicas” ⁽⁸⁾.

Tanto o comércio urbano quanto as profissões literais e técnicas passam por um crescimento acentuado, diminuindo apenas o número de cocheiras e médicos homeopatas. No primeiro caso, deve-se considerar a introdução das ferrovias como variável atuante, pois as linhas de trolleys passam a ser utilizadas apenas de Campinas para a região de Rio Claro e de Moji-Guaçu, ao passo que a comunicação com Jundiaí e São Paulo

(6) *Gazeta de Campinas*, n.º 236, 29/02/1872.

(7) *Ibidem*.

(8) *Ibidem*.

já pode ser feita pelos trens, ficando as cocheiras como sustentação para o serviço daquelas regiões apontadas e para o transporte das fazendas até a cidade e vice-versa.

Quanto ao aumento dos médicos alopatas, que são em sua maioria formados por Escolas de Medicina, de acordo com os anúncios que fazem publicar no jornal, esse aumento é muito maior do que o decréscimo numérico dos médicos que trabalham com homeopatia. Aliás, o aumento quantitativo desses médicos é um fenômeno paralelo ao aparecimento de alguns hospitais na cidade e o setor de saúde da cidade melhora substancialmente seu potencial de atendimento; é o caso também dos dentistas, que de 4 passam a 7, criando condições para o aparecimento, pouco depois, de um núcleo médico-hospitalar de conhecida importância.

A marcha do café implica em um universo econômico em expansão. No Brasil cafeeiro, observa Maria Sylvia de Carvalho Franco, a formação social do século XIX envolve prioritariamente a produção mercantil e, ao caracterizar a vida social, afirma que “há que se observar uma fluidez que agrega grupos fracamente delimitados e com marcas exteriores pouco precisas”⁽⁹⁾. Efetivamente, aquilo que inicialmente poderia ser compreendido como sendo o urbano e o rural, não se antagonizam, mas compõem um mundo local onde se moldam tensões que afloram a cada momento no contraditório império cafeeiro.

Nessa passagem, tomei alguns setores representativos do que se poderia chamar de sociedade campineira, para, através da análise de suas manifestações na imprensa, propor uma caracterização do pensamento do conjunto da sociedade local. Considerei, seguindo os critérios de Luiz Silvério, como núcleos representativos na estratificação da sociedade local, aqueles denominados por fazendeiros, escravos e “homens de profissão”.

1.1 — *O Fazendeiro*

Pelos dados levantados, temos para o período cerca de 310 fazendeiros em uma população aproximada de 32.000 habitantes, dos quais 15.000 eram escravos. As atividades agrárias do município absorviam nada menos do que 13.000 pessoas, além dos proprietários e colonos⁽¹⁰⁾.

A cidade possuía 175 casas desabitadas, porque, segundo a explicação dos encarregados dos levantamentos estatísticos, seus proprietários residiam em grande parte nas fazendas e alguns em outras cidades. Por

(9) Carvalho Franco, Maria Sylvia de — *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1969, pp. 233 e seguintes.

(10) Os dados são condensados do jornal *O Constitucional*, Campinas, 25 de março de 1874, n.º 1.

esses números pode-se observar que os outros 140 fazendeiros residiam em Campinas.

Como apreender a mentalidade dos fazendeiros? Eram escravistas extremados, como sugerem George C. A. Bohrer e José Maria dos Santos ⁽¹¹⁾. Tal debate, valorizado por J. Gorender ⁽¹²⁾, será aqui tomado a partir dos dados empíricos que apresentaremos, tomando como referencial os livros de Emília Viotti da Costa e Pierre Denis ⁽¹³⁾.

Tanto Viotti da Costa quanto Denis, ao abordarem o personagem fazendeiro, referem-se a um debate travado entre dois fazendeiros da região que assinavam com os pseudônimos de Roceiro e Lavrador. Essa polêmica já foi objeto de referência; contudo, dado o seu conteúdo e a representatividade dos nomes que se escondiam por trás daqueles pseudônimos, julgamos que os artigos em questão merecem alguma reflexão.

O tema geral dessa série de editoriais — “A Magna Questão” — trata evidentemente da substituição da mão-de-obra na lavoura, sendo assinados por José Vergueiro (Roceiro) e Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba (Lavrador).

Tanto um como outro estavam de acordo em que o trabalho livre se impunha como solução para a crise da lavoura. Discordavam, contudo, ao argumentar sobre a forma mais conveniente de se substituir aquilo que chamavam de trabalho servil.

O Lavrador propunha o sistema de colonização e convocava os fazendeiros a comporem pequenos grupos que mandassem para a Europa um seu representante, a fim de que se encarregasse de escolher os colonos convenientemente. A sua argumentação:

“... Em fevereiro reunir-se-á a assembléa provincial, ela achará o melhor de réis, 500:000\$000 nos cofres da província. Vote ela réis 400:000\$000 para promover a imigração favorecendo os colonos importados pelos fazendeiros, como o pagamento de suas passagens, na ocasião do desembarque.

Reduzam-se esses favores a um simples empréstimo, sem juros, com a condição de reembolso em prestações anuais.

Responsabilize-se o fazendeiro para com o tesouro provincial mediante boas garantias pela quantia emprestada; e responsabilize-se o colono para com o fazendeiro.

(11) Bohrer, George C.A. — *Da Monarquia à República — História do Partido Republicano no Brasil: 1870/1889*, Rio, MEC, 1954; Santos, José Maria dos — *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.

(12) Ver a esse respeito o artigo de Peter L. Eisenberg.

(13) Costa, Emília Viotti da — Ob. cit.; Denis, Pierre — *O Brasil no Século XX*, Lisboa, José Bastos e Cia., s.d.

Fique livre ao fazendeiro a escolha da nacionalidade do colono, assim como do agente a quem queira ele confiar o contrato do engajamento. . .

. . . Vê-se claramente que uma lei com estas bases, dará toda iniciativa ao fazendeiro, e ao governo simplesmente o dever de pagar as passagens do colono, segundo as fórmulas que ela pres-tava, e o de exigir em tempo o reembolso” (14).

Em adendo, diga-se ainda que o Lavrador, embora estando a favor do sistema de colonização, estendia-o como um meio para o fim que seria a imigração de trabalhadores livres. A seu ver, somente a colonização poderia resolver o problema imediato de “grande lavoura”, mesmo porque essa solução teria por fundamento a iniciativa particular.

Já o Roceiro argumentava na seguinte linha:

“ . . . Do que levo dito, vê V.S. que, em oposição ao Lavrador, entendo que a província não deve contribuir para a introdução de colonos, mas que deve envidar todos os esforços, fazer mes-mo sacrifícios, para “animar” e proteger a imigração. . . ” (15).

Sobre o mesmo tema em outro número do jornal:

Começarei por definir as palavras colono e imigrante. As boas definições estabelecem as boas discussões, como disse Victor Hugo. Entendo por colono, o homem que obrigado pela ne-cessidade e para receber um salário ou pagar dívidas, sujeita-se a um amo ou senhorio, debaixo de variadas porém terminantes condições, fazendo para isso o sacrifício de sua liberdade.

“Colono estrangeiro, portanto, é, como bem define o Econo-mista Molinari, o estrangeiro que deixa a Pátria, sem possuir um capital, e que se coloca em uma verdadeira escravidão temporária a fim de pagar a sua passagem.

Imigrante é o cidadão que se expatria fazendo viagem a sua custa, com fim de melhorar a sua sorte e a da sua família, ou para fugir a perseguições políticas, religiosas, etc.” (16).

Finaliza o Roceiro sua resposta ao Lavrador, no mesmo quadro de discussões:

(14) *Gazeta de Campinas*, 6 de janeiro de 1870, n.º 20.

(15) *Gazeta de Campinas*, 6 de março de 1870, n.º 37.

(16) *Gazeta de Campinas*, 31 de março de 1870, n.º 44.

“... Que diferença não vai do colono ao imigrante!

Quem consultar, pura e simplesmente os seus interesses privados, dará talvez preferência aos colonos; quem porém tiver um ponto de vista mais amplo e não se deixar guiar pelos sentimentos do progresso não hesitará, escolherá o imigrante...

...O colono representa a poder pessoal. O imigrante o poder do povo”.

Lembra o exemplo dos Estados Unidos do Norte para afirmar:

“Os grandes estabelecimentos agrícolas só são de vantagem (se são, o que é duvidoso) aos seus poucos e felizes proprietários; a grande massa do povo sofre com eles.

Os pequenos estabelecimentos, a classe numerosa de pequenos proprietários são os que dão a medida da felicidade de um povo, tornando-o energético, trabalhador, inteligente e rico.

A divisão territorial é tão necessária ao progresso e desenvolvimento de uma nação, como a divisão do trabalho; e só por via de imigração, poderá o nosso país alcançar tão feliz resultado”⁽¹⁷⁾.

A divergência entre Roceiro e Lavrador não era substancial, pois no correr do debate há o reconhecimento explícito do fato. A julgar ainda pelos escritos de Cayubi⁽¹⁸⁾, particularmente no número 429 da *Gazeta*, de 25 de novembro de 1874, essa divergência poderia ser explicável à medida que, sendo José Vergueiro fazendeiro de algodão, o trabalho imigrante é, para esse tipo de agricultura, mais conveniente, uma vez que, citando Cayubi:

“Assim é o algodão a cultura por excelência dos homens livres, e por conseqüência a mais fácil de atrair a preciosa e almejada imigração”.

Observe-se, contudo, que embora não exista divergência substancial, a maneira de enfocar o problema, por parte dos fazendeiros, revelará alguns ângulos valiosos para a observação de sua atitude mental e dos limites que se delineavam para a grande empresa agrária do oeste cafeeiro.

(17) *Gazeta de Campinas*, 10 de abril de 1870, n.º 47.

(18) Pseudônimo de um colaborador da *Gazeta* que subscreve alguns artigos (n.ºs 27, 428, 429, 430, 431, 432, 433; todos os artigos em questão agrupam-se com o tema: “Considerações Gerais sobre a Lavoura e Comércio da Província”).

O Lavrador, por exemplo, entendia que o fazendeiro constituía-se em uma *classe de capitalistas* “que, como já se viu, é o cidadão que tem dinheiro a prêmio”. Acompanhando a veiculação do conceito *classe*, por parte desses homens, se tornará possível identificar algumas limitações do pensamento desse setor dominante e hegemônico.

Logo no primeiro artigo, em 6 de janeiro de 1870, o Lavrador se expressa da seguinte forma:

“...É mister que calem, especialmente no espírito dos lavradores, a cuja classe pertencemos...”

...É assim que o colono desde o dia em que chegar ficará entregue aos cuidados e proteção de um capitalista (o fazendeiro), que todos os meios de subsistência lhe fornecerá...”

No número seguinte do jornal, alargando o conteúdo do, conceito de classe, amplia sua significação para definir o interesse dessa “classe” com os interesses do Estado Nacional:

“se finalmente não há mais dúvida que em breve podemos nos achar na pior das crises que o país tem atravessado, crise que há de ferir de morte a lavoura, principal fonte de seus recursos, e único esteio, geralmente falando da classe a que pertencemos!...”

Como se comporta o Roceiro em relação a essas variáveis?

Nota-se que não diverge; pelo contrário, reafirma os valores colocados pela visão de sociedade explicitada através dos artigos do Lavrador. É o que se vê na *Gazeta* de 2 de fevereiro de 1870:

“Ilmo. Sr. Redator-Roceiro, pertenço a essa nobre classe que se dedica à cultura das nossas terras...”

Continua ainda, cumprimentando o redator Francisco Quirino dos Santos:

“...É dos poucos, que se apresentam na imprensa advogando os nossos interesses, que são os interesses da sociedade brasileira...”

No transcorrer do debate, já agora no número 44 da *Gazeta*, o Roceiro apresenta um elemento novo em sua argumentação ao citar os artigos do Sr. Gerstaecker que, escrevendo no jornal *Die Garlenlaube*, encontraria leitores que o traduzem:

“— Querei seguir para o Brasil? Já refletistes no que ides fazer? Daqui a pouco será tarde...

...Sabeis que é um país em que os escravos são os únicos instrumentos de lavoura, e que o azarrague é o único incentivo para a atividade desses desgraçados. O lavrador brasileiro!...

Mas ele é pior do que esses Senhores Feudais, de que reza a nossa História Pátria...”

Finalmente, no número 47 da *Gazeta* conclui enfaticamente, como que firmando a posição do fazendeiro em face das necessidades de atuação na esfera da política econômica, delimitando com bastante clareza os problemas prioritários para manutenção e ampliação da produtividade dentro do sistema:

“...A nós lavradores brasileiros, compete-nos diminuir, já que não nos é dado destruir, tudo quanto for contrário à aquisição de braços livres e capitais estrangeiros”.

Fica claro que o proprietário das empresas agrícolas, à medida que envolve nos seus interesses sociais a definição do Estado Nacional, a ponto de entender que o sentido desse Estado só existe enquanto voltado para uma política dirigida para seu próprio interesse, cristaliza um comportamento de tipo *reformista*, uma vez que, pela própria natureza do seu trabalho produtivo, a adequação da maior produtividade com a geração do lucro não implica na superação do Estado, mas sim no reforço e posse de alguns mecanismos de controle que o Estado pode colocar à disposição de projetos políticos definidos.

Visualizando melhor alguns traços significativos desse reformismo, onde encontrar seus limites? Quais suas propostas no nível ideológico?

O próprio empresário responde a essas questões ao afirmar a necessidade de novos capitais para a indústria agrícola, definindo, inclusive, possibilidades para encontrar esses capitais.

A proposta é equacionar o problema apresentado pela manutenção da taxa de lucro, em função do controle de variáveis atuantes no custo da mão-de-obra. Porém, fundamentalmente, o comportamento político do fazendeiro é dirigido no sentido de encontrar no aparelho de Estado os mecanismos governamentais e a política financeira capazes de sustentar o

processo de expansão do café. Isso equivale à expansão da lucratividade da empresa agrícola. Para tanto, o problema do *Poder* se colocará como sendo prioritário à medida que se decompõe a possibilidade de lucro crescente baseado no trabalho escravo.

Os limites desse reformismo encontram-se na formulação das reivindicações de caráter econômico do fazendeiro. Ou seja, essas reivindicações econômicas à medida que são do fazendeiro, e por extensão da Nação, não implicam na modificação da ordem existente, mas sim na adequação dessa ordem, que atuaria como mecanismo capaz de controlar fatores conjunturais, nesse universo da produção.

Isso fica claro com o tratamento dado ao nível teórico pelo fazendeiro ao “elemento servil”, não reconhecendo o escravo como representante de um grupo social, pois em momento algum o escravizado é apresentado como componente da sociedade, mas sim recebe um tratamento próprio de mercadoria que se individualiza particularizadamente na esfera econômica. Tal individualização se dá relacionando-o como bem de produção, em um tipo de alienação da força do trabalho com características próprias do sistema capitalista. Assim é que a vinda de braços livres não quer dizer a perda do capital empatado no elemento escravo, mas sim a complementação possível numa conjuntura onde o desenvolvimento do sistema capitalista torna politicamente difícil a manutenção do escravismo e o controle do mercado de trabalho livre que se abria.

Mais ainda: o fazendeiro ao particularizar-se como uma classe junto a outros grupos englobados com a dominação de capitalistas, explicitamente reconhece uma sociedade que apresenta um universo maior onde se tornaria possível a diversificação na aplicação de capitais e a individualização dos seus interesses “classistas”.

Se a racionalidade do sistema empresarial brasileiro, na segunda metade do século XIX, é capaz de propiciar a diversificação na aplicação de capitais, podemos concluir que tal dado implica na existência de largas possibilidades para a realização plena do ciclo de lucros do empresário, sem que se tornassem necessárias transformações radicais no sistema vigente.

Nota-se assim uma noção de complementaridade entre o fazendeiro e os outros componentes do sistema, e, ao que tudo indica, essa complementaridade seria o elemento capaz de absorver os desajustamentos de algumas atitudes mentais dos “homens de profissão”, jornalistas e escravos.

Como então o fazendeiro pensava sua fazenda e no interior dela o escravo?

Francisco Quirino dos Santos⁽¹⁹⁾, em um de seus editoriais, apresenta alguns dados que podem reforçar a formulação do problema focalizado:

(19) Santos, Francisco Quirino dos — “Colonização”, *Gazeta de Campinas*, n.º 95, 6 de outubro de 1870.

“...Folgamos de recolher ainda as observações de uma inteligência... É, portanto, um lavrador a quem vamos ouvir, nesse momento, o Sr. A. C. Pacheco e Silva, cujo nome declinamos confiados em toda a indulgência para revelar este ato.

...Ora vejam, atentamente vejam os termos desta escrupulosíssima comparação:

— Um dos colonos colhe 140 arrobas de café e quer vender a 5\$000rs líquidos.

Este café, em alqueires, de 280 pelo que paga-se ao colono, por alqueire a 640, total 179\$200.

Reduzida a despesa, ficam salvos ao proprietário 520\$000.

Um escravo colhe 140 arrobas o que vem a dar 5\$000rs líquidos 700\$000.

Um escravo custa 2:000\$ este capital paga de prêmio ao ano 264\$000.

Duas mudas de roupa	5\$000
Coberta	1\$000
Botica e Médico	10\$000
Açúcar e Café	2\$000
Falhas — 25 dias e 1\$000 (calculadas no mínimo)	25\$000
TOTAL	307\$000

Ficam salvos ao proprietário 393\$000.

Pela conta acima, vê-se que o escravo deixa menos ao fazendeiro 127\$000, além da fuga, enfermidades longas, morte, etc., etc.

O colono trata, tanto como o escravo, de 2.000 pés de café e colhe os mesmos 280 alqueires ou as 140 arrobas, senão mais porque o colono trata melhor o café, de que o fazendeiro com os escravos e por isso a produção é sempre maior.

Por outro contrato, somente do tratamento de cafezais novos pelo colono, ainda encontra-se imensa vantagem.

O colono recebe 2.000 pés de café para dar 4 capinações ao ano a 50\$000.

Por cada 1.000 vem a ser 100\$000.

O escravo também trata dos 2.000 pés, mas tem a mesma despesa (como de outro sistema) de 307\$000.

Por onde vê-se que o colono deixa mais que o escravo 207\$000”.

Por último, já que Campos Sales é tido, pela historiografia corrente, como representante típico da concepção política dos cafeicultores e, ao mesmo tempo, coloca-se como um dos primeiros e mais representativos líderes do movimento republicano, a participação do seu pensamento é aceita como portadora do pensamento do grupo politicamente mais avançado e organizado, capaz, mais tarde, de ganhar o poder e usá-lo eficientemente em direção dos interesses da oligarquia cafeeira. Na transcrição que segue, Campos Sales faz uma comparação entre uma fazenda de café da Costa Grande (Guatemala) e as nossas fazendas ⁽²⁰⁾:

“...E no entanto a Guatemala é uma republiqueta, onde a cultura se faz com o trabalho livre.

Poderão os agricultores do Brasil dar a razão porque entre nós nem um lavrador pode ainda conseguir um resultado semelhante, apesar da superioridade das nossas terras?

Podem, sim. É que o trabalho livre, no seu ponto de vista econômico, é mais barato do que aquele que empregamos.

Esboçemos um paralelo.

O nosso lavrador que quisesse plantar cem mil pés de café teria logo no primeiro ano de comprar pelo menos trinta escravos, equivalente a sessenta contos, segundo o preço comum, esta quantia com mais vinte e dois contos, preço da terra, elevaria a dívida, no primeiro ano, a oitenta e dois contos.

Esse capital a prêmio de doze por cento, estaria no fim do 6.º ano duplicado, isto é, representaria a soma de cento e sessenta e quatro contos...

...Acredita-se que no correr deste prazo ele tem comprado mais alguns escravos, não poucos para encher os claros dos que morreram e ver-se-á que é impossível entre nós, em Campinas mesmo, apresentar-se um resultado igual ao do lavrador da Guatemala”.

Para ser economicista não é necessário chegar ao século XX; Campos Sales já o dizia: “o trabalho livre, no seu ponto de vista econômico, é mais barato do que aquele que empregamos”. Explicou-se o término da escravidão; contudo, a escravidão não terminou aí e, quando terminou, nada faz crer que seu término tivesse alterado substancialmente a mentalidade do fazendeiro. Em suma, o fazendeiro vê e pensa seu universo em função do controle do mercado de mão-de-obra. A questão é: Como efetivar a permanência desse controle?

(20) Sales, Manoel Ferraz de Campos — “Questão do Dia”, *Gazeta de Campinas*, 6 de novembro de 1871, n.º 204.

1.2 — O Escravo

Não é fácil caracterizar traços e padrões comportamentais do escravo no que se refere às suas formas de pensamento, uma vez que a produção escrita do escravo é praticamente inexistente. Contudo é possível, através daquilo que se escreve sobre ele, fazer uma sondagem pertinente aos quadros mentais possíveis do escravizado, em suma, como entendia o escravo a sociedade em que vivia? De que modo revelam-se os desajustamentos nas atitudes do escravo? A que tipo de desajustamento, ou ajustamento, se refere?

Tomou-se como índices capazes de fornecer essas respostas os anúncios de fuga e de outros tipos de protestos de escravos inseridos no jornal, bem como um debate verificado na Câmara Municipal de Campinas sobre o problema dos castigos e da legislação repressiva aos escravos.

Inicialmente, cabe deixar claro que a imprensa também penetra entre os negros: tal fato pode ser demonstrado pelos números 116 e 117 da *Gazeta*:

“Festa de Congos — Alguns fazendeiros pedem-nos que façamos ver a polícia o inconveniente de se permitirem as chamadas congadas dos pretos...”

A resposta que consta no número seguinte do jornal demonstra que o negro não apenas lia, como eventualmente também escrevia para o jornal:

“Aos Ilmos. Srs. fazendeiros:

Vendo nós abaixo assinado, diretores da Sociedade Cayapó, um artigo na “Gazeta” da quinta-feira, 22 do corrente em que os Srs. fazendeiros pedem ao sr. redator que veja os inconvenientes da festa Cayapó (a que chamam de Congo), temos a responder-lhes que...”⁽²¹⁾

Além dessas conclusões preliminares baseadas nessa resposta, os anúncios de fuga de escravos, de um lado, revelam a possibilidade de comunicação (“saber ler e escrever”) e, de outro, evidencia ainda possibilidades de visualizar níveis de consciência social do escravo, pois nas redações dos anúncios, quando eles descreviam o escravo foragido, seguem mais ou menos um modelo que especifica as diferentes atividades profissionais do escravizado, sinais particulares, direção seguida, reincidência ou

(21) *Gazeta de Campinas*, 22 de dezembro de 1870, n.º 116; *Gazeta de Campinas*, 25 de dezembro de 1870, n.º 117.

não, idade aproximada, etc. Esses elementos fornecem alternativas múltiplas para a apreensão de algumas situações próprias onde o escravizado assume atitudes de protesto. Distinguem-se nesses protestos características psico-sociais onde a existência de fatores diferenciadores imprimem às fugas conotações que vão desde a fuga pela fuga, até atitudes mais radicais onde se revelam ações mais conscientes por parte dos foragidos.

Vejam-se alguns exemplos de anúncios de fuga inseridas na *Gazeta*:

“... Moisés... tem o ofício de pedreiro e usa dele.

Levou colher de reboque e calhadeira...” (22)

“... Anacleto... sabe ler e escrever e costuma (quando foge) inculcar-se forro e voluntário da Pátria...” (23)

“... Geraldo... desconfia-se que procure trabalho em qualquer estrada de ferro por ter já sido trabalhador na Jundiá a Santos...” (24).

O que se nota nos anúncios citados são desajustamentos do sistema enquanto permite brechas tais que o escravo pode, em determinadas circunstâncias, aproveitar-se de situações que não o isolam da sociedade quando em fuga. Talvez aí o decréscimo do número de quilombos na área em estudo, mantendo-se contudo o volume das fugas de escravos.

Os anúncios formulam ainda claramente proposições nas quais a imagem da fuga está objetivamente *vinculada à possibilidade do escravo vender sua força de trabalho*, isso porque o escravo foge levando seus instrumentos ou mesmo porque possui determinadas habilidades para o exercício de atividades que requeriam um determinado tipo de especialização, agora absorvidas pelo universo econômico em expansão no mundo cafeeiro.

“No dia 25 do corrente um escravo do Sr. Francisco de Paula Camargo, da cidade de Amparo, ao sair da cadeia desta cidade por ordem de seu senhor tentou matar-se, dando um profundo golpe sobre a região do estômago, perfurando esta víscera, com um canivete que trazia oculto, ou que lhe fora fornecido por um indivíduo com quem estivera conversando antes.

O Sr. Dr. Cassiano que fora chamado logo uniu a ferida com pontos de sutura e trata de salvá-lo, tendo-o levado para sua enfermaria.

(22) *Gazeta de Campinas*, 26 de maio de 1870, n.º 59.

(23) *Gazeta de Campinas*, 3 de julho de 1870, n.º 69.

(24) *Gazeta de Campinas*, 22 de outubro de 1870, n.º 100.

O suicida diz que praticou o crime para não ir para o sítio, donde fugira.

É apaixonado da cidade! . . .” (25)

Evidenciam-se, assim, circunstâncias psico-sociais que motivam atitudes do escravo. Natural que, se buscarmos a compreensão de “protesto de escravizado” no nível político-ideológico, faltarão elementos para conclusões positivas. Contudo, na linha de argumentação proposta a partir dos anúncios é possível inferir que a consciência do escravizado está se adaptando, dentro dos limites de um protesto primitivo, a uma situação nova onde ele possa vender sua força de trabalho.

Tais supostos fazem crer que a luta do escravo converge em certa medida para as propostas do fazendeiro ou, ainda, do ponto de vista do escravo, não se colocam propostas para uma participação política além dos limites estabelecidos pela visão que o fazendeiro tinha desse processo.

3.3 — *Homens de Produção*

Dentre os homens livres, são aqueles que, agrupados em torno das diferentes profissões, avultam pelo número e pela pouca produção escrita. Se de um lado a quase total ausência de artigos de comerciantes, donas-de-casa, indivíduos ligados aos transportes e às atividades artesanais dificulta a análise, por outro lado a pequena produção escrita deste setor urbano é bastante representativa no sentido de demonstrar a permeabilidade desse agrupamento às idéias veiculadas pela imprensa.

Tomemos então alguns exemplos referentes às profissões indicadas como representativas a partir de textos da Seção Particular da *Gazeta*, para onde usualmente esses homens dirigiam sua correspondência com o jornal e paralelamente atentando-se para as principais linhas dos editoriais desses jornais, tornar-se-á clara a correlação entre as idéias desse setor e aquelas provenientes dos editoriais. Inicialmente, no número 131 do jornal (26), uma carta de um tropeiro nos seguintes termos:

“Um Desabafo.

Sr. Redator — V. Sa. que é pessoa séria e devotada, a humanidade vai dar-me razão.

Eu perdi duas bestas, gordas como capados, lá na freguesia tudo andava inguiçado por elas. Vai justo a condução de umas

(25) *Gazeta de Campinas*, 16 de fevereiro de 1871, n.º 131.

(26) *Ibidem*.

arrobas de café e venho por essas abaixo quando de repente — zás — entram as bestas num atoleiro e — para encurtar razões — foram as duas para a eternidade bestial!

... Palavra sr. gazeteiro, se eu encontrasse quatro homens de alma esquentada como a minha não sei se não proclamava a república lá na minha terra.

Irra! está a gente a dar o seu suor ao governo e o diabo gasta tudo em barrações e deixa as estradas feitas sepulturas de burros e desgraça dos pobres!

V. Sa. dê rijo no tal governo e conte comigo...

Um tropeiro"

A intenção do tropeiro de fazer a República é coincidente com a carga noticiosa dada através da imprensa ao lançamento do "Manifesto Republicano". É óbvio, portanto, que na ênfase observada na redação do "Um Desabafo", a solução "república" está ligada inicialmente ao seu "estado de alma" e, de outro lado, à associação evidente do tropeiro de que a república se opõe à ordem existente. São linhas de argumentação que acompanham a cobertura dada nesse momento pela imprensa local ao lançamento e início do movimento de propaganda republicana. Pode-se mesmo dizer que a reação emocional do tropeiro, é, à medida que ele apresenta a forma republicana de governo como solução, a incorporação da agitação provocada pela imprensa em torno dessas idéias políticas.

Alguns meses depois, quando a Câmara Municipal de Campinas abre concorrência para a instalação do serviço de iluminação pública, um funileiro (Libório Queixo), escrevia para a mesma seção do jornal:

"O abaixo assinado tem considerado que a efetuar-se a iluminação, o prejuízo da classe será imenso e a nossa criadora arte desaparecerá. Pois que? Que será de nós se não tivermos lanternas para fabricar?

Eu espero que o juízo esclarecido de meus colegas cogitará nos meios de nos opormos a qualquer iluminação..." (27).

No número seguinte do mesmo jornal, a resposta é assim formulada por um "Funileiro Progressista":

"O meu colega Libório Queixo, deixe-se de fazer protesto contra a iluminação. Eu, e outros honrados funileiros, cedemos de

(27) *Gazeta de Campinas*, 23 de julho de 1871, n.º 175.

bom grado de todos os lucros lanterneiros para ter o gosto de ver o progresso à porta. Se o Sr. Queixo só cuida dos queixos abandone a classe..." (28).

O emprego do significante "classe" é feito exatamente no mesmo sentido que o faz o fazendeiro, isto é, implicando em um conceito que pressupõe a função de um grupo profissional em torno de sua atividade específica em um determinado trabalho, não se considerando o sistema de produção.

Mais ainda, a maneira como o grupo urbano considera o progresso ao associá-lo com a idéia republicana, é de todo a antevisão do reformismo, pois o progresso refere-se à melhoria de determinadas condições para o funcionamento do sistema (ferrovias, iluminação, bancos, entre outras reivindicações). Considerados conjuntamente com os quadros mentais apresentados, implicam na identificação do conceito de progresso por parte de todos os grupos sociais de uma maneira uniforme, ou seja, progresso e eficiência se confundem. É notória a disponibilidade desse sistema para absorver o "gosto de ver o progresso à porta". Aliás, a significação dada à palavra progresso é, nessa medida, profundamente ideológica e identificadora do universo de expectativas dos homens de então.

Outro tipo de colocação, essa proveniente de uma dona-de-casa, permitirá que se delineiem melhor as características insinuadas:

"O negócio de cobre anda crespo, cada dia vai a pior. Ontem andava uma pobre a lamentar-se por dois vinténs para comprar sal! Tinha papel, mas não havia troco: ou não comprar sal ou gastar os 1\$000 rs.

Isto, sr. redator, é caso para haver uma comunada V. Sa. tanja o chocalho de imprensa nos ouvidos do governo e ver se sai obra...

...Assim vamos mal. Quer se providências e quanto antes. Os pobres não são petecas de maçons..." (29).

Ainda, evidencia-se a ingenuidade do reclamante quando sugere "que se derretam os tachos e os sinos e que se faça moeda".

Bastante significativas são as soluções apresentadas. De um lado, a referência à "comunada", explicável à medida que a "Comuna de Paris" merecia um tratamento bastante significativo da imprensa local. Inclusive com a transcrição na íntegra dos escritos de Victor Hugo nos jornais pa-

(28) *Gazeta de Campinas*, 27 de julho de 1871, n.º 176.

(29) *Gazeta de Campinas*, 30 de julho de 1871, n.º 177.

rienses, bem como algumas cartas de cidadãos franceses residentes em Campinas apoiando o movimento. Por outro lado, quanto à segunda solução, derreter tachos e sinos, revela em si mesmo um desconhecimento do problema inflacionário e uma posição diferenciada em relação às tendências até aqui encontradas.

A imprensa local, quando se referia aos problemas de "Política Financeira", questão que mereceu alguns editoriais, sempre focalizou essa política do ponto de vista fazendeiro, ou seja, nos artigos a crítica central à política econômica do governo era dirigida no sentido de que fossem aumentados os créditos para a lavoura; a inflação como possível fator de desajustamento do sistema jamais foi sequer citado.

No grupo ligado ao comércio, as tendências acompanham os matizes evidenciados. Como se sabe, o comércio estava em franca expansão oferecendo boas perspectivas para o enriquecimento. Se não bastassem as estatísticas apresentadas, poderia ser lembrado o "meeting" da "classe caixeiral" realizado em 1870 com o seguinte epílogo relatado pela imprensa:

"Fechamento das portas
Solte-se rojões; cante-se Te-Deuns, ponha-se luminárias, vamos
afinal ter as tardes domingueiras para passear e por isso:
Toca a rir, toca a folgar,
Grande pagode ora teremos;
Aos domingos livremente,
De tarde, passearemos.
Realmente a vida de caixeiro oferece futuro, mas preso ao
balcão. Deus nos livre" (30).

Daí se vê que o caixeiro reivindica as tardes domingueiras livres, sendo o caixeiro um cargo de confiança do comerciante e, segundo depoimentos e entrevistas colhidas por nós junto a antigos profissionais, um provável futuro comerciante. Sua reivindicação, portanto, nem remotamente poderia ser considerada contestatória.

Evidenciam esses exemplos algumas atitudes ideológicas dos habitantes da cidade que cresce. Tais posições eram moldadas em grande medida pelo próprio noticiário e argumentação do jornal. Isso equivale a lembrar que a imprensa poderia manipular e constituir-se em mecanismo de controle de eventuais atitudes de desajustamento. A resposta a alguns desses problemas levantados poderá ser encontrada à medida que se explicita o papel político-doutrinário do jornal.

(30) *Gazeta de Campinas*, 15 de setembro de 1870, n.º 89.

II

Já em seu primeiro número, a *Gazeta de Campinas* afirma não ser um órgão de partido, mas um veículo para o debate, colocando-se à disposição de todos aqueles que porventura quisessem utilizar suas páginas para o “debate franco” de suas idéias. Embora a disposição do jornal fosse esta, na prática a *Gazeta* se organiza em torno do Clube Radical local; já no segundo número definia claramente algumas posições ao debater o papel do município na estrutura administrativa (apresentando citações de Benjamin Constant relativas a um modelo de Constituição), bem como comentando, neste número, com mal disfarçada parcialidade, acontecimentos que então se verificam na Europa e particularmente na República espanhola.

A adesão do grupo organizado em torno do jornal *Gazeta de Campinas* ao Manifesto Republicano de 1870 é imediata. Observe-se, por exemplo, o artigo publicado por ocasião do falecimento de João Quirino do Nascimento, pouco tempo após o aparecimento do Manifesto.

“No dia 17 deste mês... , o Dr. João Quirino do Nascimento entregou plácida sua alma ao criador... As suas opiniões políticas deram-lhe um lugar no partido radical. Não quis, porém, o destino que tão prestimoso cidadão pudesse, no partido republicano, que se ergue cheio de vida, de crenças e esperanças prestar a pátria serviços valiosos” (31).

Esse órgão de imprensa, direta ou indiretamente, implicou no aparecimento de outros jornais locais. Quer encorajando pelo exemplo, quer aguçando atitudes dos grupos políticos campineiros não republicanos.

De um lado, no velho prelo da *Aurora Campineira* adquirido por Gonçalves Pinheiro, Henrique de Barcelos e Antonio Duarte de Moraes Sarmiento, aparece o semanário *A Mocidade*, que já em 1875, publicando bissemanalmente, passa a chamar-se *Atualidade*. Tal órgão de imprensa transformar-se-ia pouco mais tarde, em 19 de setembro de 1875, no primeiro jornal diário do interior da província, mudando seu nome para *Diário de Campinas*.

De outro lado, a postura política dos redatores da *Gazeta* leva os monarquistas locais à fundação do *O Constitucional*, jornal que a partir de 1874 surge com a nítida preocupação de servir de anteparo à penetração da *Gazeta* na província.

(31) “João Quirino do Nascimento”, *Gazeta de Campinas*, 22/01/1871.

No dizer dos cronistas dos fatos campineiros, e a dar crédito ao noticiário inserido no n.º 4 da *Gazeta*, onde se lê na seção de variedades que “500 números já não bastam” e, na complementação da notícia, ao afirmar que urgia aumentar a quantidade do impresso, mesmo com a existência contemporânea dos outros jornais, a *Gazeta* continuou, tanto do ponto de vista econômico quanto da aceitação popular, o jornal mais sólido e aceito em Campinas.

Nesse período, onde efetivamente se afirma a imprensa local, diversificando-se quanto à vinculação imediata manifesta pela linguagem discursiva, algumas questões se colocam no sentido de explicar a relação entre o jornal e a comunidade a que se dirige. De maior relevância na avaliação da imprensa, nesse momento se transformando em empresa capaz de atuar na elaboração dos quadros ideológicos da sociedade local, e sondar as particularidades e correlações da *Gazeta de Campinas* e do *O Constitucional*, uma vez que estes jornais articulam-se em torno de propostas políticas que pretendem ser conflitantes, atingindo populações que gravitavam no mesmo espaço geo-histórico e ideológico.

Gazeta de Campinas

Uma composição gráfica distribuída por quatro páginas com três colunas de 7,5 por 34 cm cada uma, revela a simplicidade inicial do bissemanário que, ao entrar no seu terceiro ano de publicações, no dia 5 de novembro de 1871, passa a ter seu formato aumentado, as páginas agora com 25,5 por 39 cm, com colunas de 8,5 cm, demonstrando o crescimento do jornal.

A partir do momento em que o jornal tem seu formato aumentado, no número 204, a *Gazeta*, depurando-se tecnicamente, pela primeira vez apresenta anúncios de propaganda com desenhos e utiliza chamadas de propaganda comercial mais elaboradas, capazes de motivar e revelar a um tempo algumas modificações ocorridas nos padrões de consumo anteriormente vigentes.

A título de amostragem, tomando-se, por exemplo, os números 20, 200 e 400 da *Gazeta*, mantendo-se um período aproximado de dois anos entre os números citados, serão destacadas algumas tendências significativas com relação aos anúncios destes jornais, capazes de compor um quadro mais geral a nível da mentalidade do leitor e do anunciante da imprensa.

No número 20, de 6 de janeiro de 1870, contam-se aproximadamente doze anúncios, colocados em uma seção própria do jornal; refere-se à prestação de serviços e produtos do comércio e indústria, além de outros poucos ocasionais que não serão considerados representativos pela sua descontinuidade, como, por exemplo, um que comunica a mu-

dança de determinada pessoa. Entre os considerados representativos, temos: 2 procurando empregados, 2 sobre lojas da localidade, outros 3 sobre produtos industrializados (um sobre máquinas de beneficiar café, outro sobre encomenda de vinho fabricado em São Paulo e, finalmente, um terceiro recomendando o uso do Ungüento Morel). Tais anúncios revelam uma simplicidade de estilo que será modificada à medida em que os anúncios vão ganhando maior espaço e, por isso, passam a financiar o jornal.

Para o número 200, de 19 de outubro de 1871, apresentando aproximadamente 26 anúncios, o que revela já um aumento considerável no número de anunciantes, analisado ainda segundo os mesmos critérios utilizados para o número 20, teremos: 12 referentes a empregados procurados (pedreiros e boleiros), 12 referindo-se a lojas comerciais. Nesta última série aparecem elementos novos que permitem notar a preocupação de acentuar os caracteres informativos com uma carga semântica maior, como, por exemplo, este de uma loja de fazendas:

“O barateiro Isique e Filhos...”

A anteposição do adjetivo “barateiro” ao substantivo ao qual se refere, tem uma função nitidamente expressiva, denotando um momento onde a concorrência passa a exercer um papel na conquista da preferência do comprador.

Aumenta, da mesma forma, a tendência de anúncios voltados para a divulgação de produtos industrializados, inclusive permitindo observar o aparecimento de gêneros que anteriormente não participavam representativamente do consumo imediato, tais como livros, métodos musicais e roupas feitas, anúncios estes que intermeiam por outros atinentes a pequenas unidades fabris (licores e oficinas).

Acompanhando o aumento generalizado nas atividades produtivas e explicitando as tendências marcadamente urbanizadoras da atividade cafeeira, deparava-se o leitor de então com anúncios de concorrências para a realização de serviços, tais como arborização de ruas e praças, construção da Igreja Matriz-Nova (serviços de empreitada), bem como da Estação Ferroviária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Tais serviços ofereciam empregos que exigiam um determinado nível de especialização, tais como serralheiros, marceneiros, pedreiros-oficiais, etc. Possibilitavam ainda o aluguel de escravos ou a compra de força de trabalho não especializado para serviços de serventes e ajudantes. Tais serviços, segundo se pode depreender dos anúncios de fugas de escravos, permitiam ao escravo foragido um local seguro para vender seu trabalho como sendo um trabalhador livre.

O número 200 da *Gazeta de Campinas*, tomado a propósito do aumento de formato verificado no jornal a partir do número 204, de-

monstra, quer pela análise dos anúncios, quer pela análise comparativa das seções dos números 203 e 204, que esse aumento de formato verificou-se mais em atenção ao acúmulo de anunciantes que propriamente em função da necessidade noticiosa e informativa. A rigor, a única seção do jornal que se apresenta como novidade é exatamente a reservada à publicação literária; mais especificamente como referência aos romances que tinham agora publicação intermitente em forma de folhetins, passando estes, a partir daí, a constituir-se em elementos de equilíbrio nas paginações, de acordo com a quantidade de artigos e notícias que o jornal pudesse ter.

Se calculado em centímetros quadrados o espaço médio reservado às publicações noticiosas e editoriais, teremos praticamente o mesmo espaço em relação aos jornais com o novo formato e aqueles anteriormente publicados com menor formato (anteriores ao de n.º 204), o que evidencia uma estreita ligação entre o aumento de formato do jornal e o acúmulo de anúncios, pois o jornal de pequeno formato já não podia comportar o volume de propaganda existente.

Se tais dados não bastassem para evidenciar as tendências em foco, a análise do número 400 do jornal de 16 de outubro de 1873, reforçará esses elementos, à medida em que encontramos aí um total aproximado de 52 anúncios. Já agora a composição gráfica evoluiu para a utilização de recursos gráficos visuais, como o desenho por exemplo.

Dos anúncios do número 400, os mais representativos com referência aos assuntos abordados anteriormente são: 7 procurando empregados (2 para carpinteiros, pedreiros, lavradores de madeira, serradores, caixeiro), e 1 (trabalhadores com pagamento de diária de 2\$500).

As oportunidades profissionais giram, assim, em torno de atividades urbanas e tendendo sempre a um aumento de possibilidades profissionais. Anunciam ainda três profissionais liberais: um professor, um advogado e um consultor homeopático. O fato desses profissionais anunciarem seus serviços pela imprensa implica na existência da profissionalização, e ainda de clientela, desvinculados dos relacionamentos familiares, de tal maneira que os médicos de família e etc. não são mais os únicos atuantes no mercado de trabalho. Dir-se-á que o profissional liberal passa a dirigir-se a um contingente maior de população em condições de consumir seus serviços.

A presença do profissional liberal, agora anunciante de serviços, fez lembrar que os antigos anúncios, que raramente apareciam, estavam condicionados a algum acontecimento relevante, como, por exemplo, uma eventual mudança de domicílio, funcionando, assim, mais como comunicação do que propriamente como anúncio que propaga um determinado serviço oferecido.

Agora, as mensagens comerciais, mais depuradas e elaboradas, permitem visualizar um conjunto de mercadorias e serviços em circulação. Isso é notório à medida em que o conteúdo do anúncio é modificado,

passando agora a destacar mais a mercadoria, o produto e não tanto o comerciante. Assim:

“Manteiga inglesa vende-se”

“Pano de algodão superior”

No número 604 da *Gazeta*, de 7 de novembro de 1875, na seção de notícias tem-se mais explicitamente firmada a posição do jornal à magnitude que a mercadoria passa a representar em termos de potencialidade nessa sociedade.

“Tendo feito aquisição a um excelente prelo do autor Alauzet, com todos os aperfeiçoamentos modernos e além disso . . . A *Gazeta de Campinas* entrando no sétimo ano de sua existência começa a publicar-se diariamente. Nas quintas-feiras e domingos sairá com quatro páginas como o presente número; nos mais dias sairá com duas páginas com o mesmo formato.

Os números que saírem com duas páginas tomarão o caráter de um *Boletim Comercial* . . .

. . . Queremos ainda oferecer uma grande vantagem aos anunciantes: os *Boletins Comerciais*, além de serem distribuídos pelos nossos assinantes, serão também distribuídos gratuitamente pela cidade, em quantidade ilimitada”.

Retomando o n.º 400 e o 604, verifica-se ainda que em alguns anúncios como aqueles de produtos provenientes de atividades artesanais, a propaganda permanece nos padrões anteriores, isto é, carregando a carga informativa no produtor, pois que na atividade artesanal é o produtor o elemento destacado, passando a mercadoria, em relação ao produtor, a uma situação de dependência. Tal permanência se explica, uma vez que o artesão não aliena diretamente seu trabalho para um outro produtor, mas sim emprega-o na elaboração do produto. Tomando-se ao acaso o setor de costura, notar-se-á que a ênfase informativa no indivíduo portador de determinadas “habilidades” necessárias para a elaboração do produto:

“*Ernest Deschamps, alfaiate . . .*”

O anúncio assim elaborado introduz um significado típico de um momento próprio da atividade artesanal, que, como tal, é a afirmação de um “status” do profissional e do consumidor que resistem à emergência de um novo relacionamento na esfera do consumo e do “gosto popular”.

Parece possível, a partir desse conjunto de evidências, visualizar na sociedade aqui descrita um período no qual fenômenos aparentemente contraditórios se complementam, e por isso mesmo fornecem evidências para uma melhor abordagem dessa sociedade.

Se, de um lado, apresentam-se afirmados valores próprios da formação de uma sociedade consumidora, ao nível mental, esses valores se sobrepõem a algumas estruturas existentes, que são caracterizadas por alguns modelos de códigos, naturais de grupos pouco abertos à mobilidade social e ao fenômeno que se observa, relativo à reformulação das mensagens na relação emissor-receptor. De outro lado, alargam-se os limites dessa sociedade, centrada economicamente na grande propriedade agrária exportadora, aflorando algumas alterações que forcem o aparecimento de serviços e atividades urbanas capazes de, ao mesmo tempo, sustentar, afirmar, facilitar e alterar aqueles quadros mentais predominantes na sociedade campineira até então.

A *Gazeta de Campinas*, por essas linhas de evolução, terá dois momentos significativos que se situam como balizas para caracterizar algumas peculiaridades que, por sinal, parecem ser mais abrangentes em relação à imprensa interiorana. Um primeiro momento básico quando o idealismo motivará a fundação do jornal, notabilizando-se aí uma permanente preocupação de ordem política por parte da redação do jornal. O segundo, em que o jornal ao firmar-se como empresa, abandona a prioridade doutrinária e política, para buscar na venda de anúncios o elemento fundamental para novas formas de contato com o leitor.

O Constitucional

É significativo que *O Constitucional* tenha aparecido no dia 25 de março de 1874, quando se comemorava o cinquentenário da Constituição do Império. Esse jornal, possuidor do mais atualizado aparelhamento gráfico e técnico da Província, manterá sua publicação por dois anos; contudo, como ficou exposto, serão utilizados os números publicados até 10 de novembro de 1875, ou seja, o exemplar de número 154.

Se não apenas na simbologia da data da fundação do jornal e na escolha de seu próprio nome, o editorial de apresentação do primeiro número evidencia explicitamente suas tendências:

“É, pois sob o influxo, francamente confessado da divisa monárquico-constitucional que o nosso jornal impetra hoje a benevolência pública”.

É contudo à superioridade técnica e tipográfica que o jornal se apegava, buscando material para opor-se às “agressões” da *Gazeta*.

“O Constitucional, foi, é, e há de ser constantemente agredido pela *Gazeta*, enquanto tiver ela a consciência da sua inferioridade tipográfica. . .

. . . A *Gazeta* não pode receber anúncios além das 9 horas da manhã, na véspera de dar a folha. O Constitucional os recebe até às 5 horas da tarde: e se o caso é de palpitante urgência, mesmo levado às 7 horas da noite, o anúncio tem inserção. A *Gazeta* gasta duas horas para tirar 100 exemplares de qualquer avulso; O Constitucional faz isso em cinco minutos. . .” (32).

Realmente, o jornal com páginas impressas medindo 40 por 28 cm, possibilitando 4 colunas de 7 cm por página, oferecia possibilidades gráficas melhores que aquelas desenvolvidas por seus concorrentes.

Seriam essas condições suficientes para que esse periódico pudesse capitalizar os leitores e os anunciantes campineiros?

Essa hipótese deve ser inicialmente discutida a partir da *análise de suas lideranças*. O que se evidencia a esse respeito é a importância do bacharel João Gabriel Moraes Navarro, assumindo o papel de principal teórico do corpo de redação do jornal.

Nascido em Campinas e formado em Direito, exercia suas atividades profissionais na província do Rio de Janeiro, até que, pouco tempo antes da fundação de *O Constitucional*, transfere-se para Campinas. Sua mudança, aliás, é noticiada pela *Gazeta de Campinas*, quando o público é cientificado de que um novo advogado se colocava à disposição da clientela.

Completam o quadro administrativo e de redação do jornal João Silvério e Manuel Alves de Barros Cruz, sendo que esse último respondia pela gerência do jornal.

Cabe ainda observar que a par da atividade jornalística e jurídica de João Gabriel de Moraes Navarro, ele também exercia atividades comerciais, dirigindo um depósito de tecidos e um armazém para a compra de café. Finalmente, participava como advogado e diretor da “Associação Beneficente D. Pedro V”. Essa associação congregava cidadãos portugueses radicados no Brasil e oferecia pelo jornal, na qualidade de advogado dessa associação, seus préstimos gratuitamente aos “portugueses pobres”.

(32) *O Constitucional*, Campinas, 6 de maio de 1874, n.º 12.

O jornal, portanto, vincula-se com bastante nitidez aos grupos conservadores locais e, observando a diretriz dos editoriais e dos anúncios inseridos no decorrer de seus anos de publicação, é possível captar algumas variáveis que podem servir de indícios para a averiguação do nível de aceitação e receptividade popular de um periódico com esse tipo de postura. Muito embora o simples fato de o jornal ter sido publicado por um período bastante curto já possa servir de indicador, é possível, pela sondagem dos anúncios e editoriais, encontrar variáveis que auxiliem na explicação de elementos já levantados a partir da análise da *Gazeta*.

Para evidenciar alguns indicadores concernentes às propagandas foram tomados como números representativos um jornal de 1874 e outro de 1875.

O número 20 e o número 123 coincidem em quantidade de anúncios: ambos têm 27 anúncios. As tendências verificadas nesses números reforçam aquelas descritas quando se tratou dos anúncios da *Gazeta*.

Existem, contudo, alguns elementos que denotam uma menor aceitação popular por parte dos leitores em relação ao *O Constitucional*: em primeiro lugar, a *Gazeta de Campinas* nos anos de 1874 e 1875 apresenta uma média de 35 anúncios por número. Considerando o melhor aparelhamento do *O Constitucional*, que propiciava inclusive um melhor tratamento gráfico aos textos das propagandas, é de se acreditar que a *Gazeta* atraía mais o propagandista devido à sua maior divulgação.

Não bastando isso, *O Constitucional*, em busca do anunciante já em 1875, passa a fazer constar de seu cabeçalho, em negrito, uma “chamada” ao anunciante:

“Artigo de Interesse Particular e Anúncios 80 rs por linha.
Metade nas Repetições”.

Dáí se vê que, embora a entrada em circulação de *O Constitucional* provocasse um relativo declínio no número de anunciantes da *Gazeta de Campinas*, sua aceitação popular não foi suficientemente grande para manter o equilíbrio econômico da empresa e permitir a continuidade da circulação do jornal.

Por conseguinte, compreende-se que a *Gazeta* ganharia a disputa pela preferência do leitor e do anunciante, mantendo-se economicamente sólida, e mais, à medida que decaía *O Constitucional*, a *Gazeta*, substituindo sua aparelhagem gráfica por outra mais atualizada, tornava-se um jornal diário a partir de 1876.

Nesse mesmo período, 1875/76, manifestam-se novos componentes na análise da imprensa campineira e talvez interiorana, pois os jornais passam a adquirir feições mais literárias e abandonam algumas posições em torno do proselitismo político. É o caso específico da *Gazeta* que, a

partir de 1876, coexistiria com o *Diário de Campinas*, que circulava diariamente sem maiores preocupações políticas desde 1875.

Quais seriam os fatores explicativos para essa transformação que se opera na imprensa local?

Não estaria aí, no jornal interiorano de cunho “literário”, um componente para explicar a afirmação dos jornais e lideranças centralizadas na capital, como foi o caso da Província de São Paulo, na definição de uma nova fase da propaganda das idéias republicanas?

É possível, ao nível da mentalidade dos diferentes setores da população campineira, compor um quadro inicial para evidenciar um momento da prática política dos jornalistas?

Os Jornalistas

Os jornalistas possuíam “livre trânsito” em todos os grupos sociais da localidade, quer por laços de parentesco e de amizade, quer pela consideração a uma cultura de salão integrante dos traços culturais brasileiros no século XIX. Ao que se afigura, a própria utilização da imprensa por esses jornalistas se fazia quase sempre objetivando reforçar e ampliar posições sociais junto às elites locais. Por isso mesmo, em linhas gerais, nota-se que o papel do jornalista na vida política local é ligar-se à defesa de determinados interesses próprios dos grupos que detêm o poder econômico.

Como então argumentam os jornalistas?

Para responder a essa questão fez-se uma seleção de assuntos tratados pela imprensa local, tomando por base a freqüência com que alguns temas incidiram nos editoriais, bem como a carga informativa desses temas. Tal procedimento, de caráter quantitativo, visou operar com variáveis significativas para a caracterização, no nível do ideológico, da produção escrita desse grupo campineiro.

No período de 1870 a 1873, quando funcionava um único jornal na cidade, a *Gazeta de Campinas*, os grandes destaques referiam-se aos problemas da lavoura e mão-de-obra, perfazendo um total de 81 editoriais nos 421 números publicados pelo jornal. Destacam-se ainda outros 46 editoriais abordando os problemas de transporte e mais 39 sobre doutrinação política. Os editoriais, referentes à doutrinação política, correlacionando-se como os outros apresentados da seguinte maneira: em 1871, 27 editoriais tratam do problema da lavoura e mão-de-obra e, em 1870, 21 editoriais já se referiam àqueles problemas. Nos mesmos anos, teremos um editorial sobre política para 1871 e outros 6 para 1870. Por outro lado, em 1873 os temas políticos ocuparão nada menos de 20 editoriais contra 3 sobre lavoura e outros 3 sobre transportes.

Mesmo sendo possível identificar-se no período alguns acontecimentos catalizadores do ponto de vista da política nacional (Manifesto Republicano de 1870, Congressos Republicanos de Itu e a preparação do Congresso de São Paulo), a correlação numérica entre os diferentes temas tratados pela imprensa evidencia uma prática jornalística voltada para os problemas locais, salvo nos momentos em que o debate político era maior, pois aí os problemas locais praticamente não recebiam espaço digno de nota, enquanto em outros momentos a incidência dos temas voltados para problemas locais relegava o debate político a segundo plano.

Tais fatos constituirão melhores indícios para responder à questão colocada, especialmente no período de 1874 a 1875, quando circulam simultaneamente *O Constitucional* e a *Gazeta de Campinas*, momento em que se ratificam aquelas tendências apontadas, oferecendo outros elementos para focar, através do estudo comparativo dos jornais, o reforço ou modificação na elaboração de suas linhas de organização e argumentação.

O Constitucional, estruturado com o objetivo de contrapor-se ao papel que a *Gazeta* exercia, não apresenta uma distribuição de artigos que possa ser considerada “lógica” do ponto de vista programático, pois que no primeiro ano de circulação (1874), contam-se 26 editoriais referentes à mão-de-obra, 7 sobre política e 6 sobre questões municipais. Já em 1875, a preocupação do jornal parece mudar, debatendo pouco e variando a temática: 7 artigos sobre transportes; 7 sobre colonização; 6 tratando de educação e outros em menor número alternando problemas políticos, religiosos e de saúde.

De maneira geral, nos dois periódicos os assuntos, veiculando problemas locais e de caráter reivindicatório, apresentam uniformidade de tratamento, inferindo-se daí que, para caracterizar as formas de pensamento e possíveis vinculações ideológicas do jornalismo local, deve-se considerar fundamentalmente as abordagens que tratavam dos problemas de mão-de-obra e dos temas de natureza político-doutrinário, pelo fato de que extrapolam o caráter reivindicatório imediato dos editoriais aos problemas locais.

Os temas atinentes à mão-de-obra têm por parte dos dois órgãos de imprensa um tratamento coincidente; ambos visualizam o mundo do fazendeiro, com críticas mais ou menos acentuadas à política financeira do governo, à pouca assistência ao lavrador devido à inexistência de uma política creditícia voltada para a agricultura.

Como então compreender que, havendo consenso no tocante aos problemas e soluções para a lavoura, existisse um espaço onde os jornalistas produzissem escritos voltados para um debate teórico? Não estaria aí um tipo de comportamento capaz de definir particularidades no pensamento desse grupo?

Veja-se, por exemplo, um trecho da *Gazeta* quando se referia a um debate com *O Constitucional*, tendo por tema a “Monarquia Constitucional”:

“O constitucional em seu número 8, no artigo que intitulou Monarquia Constitucional disse:

— Mas a Napoleão III, destituído em Sedan, sucedeu o petróleo devastando Paris; a Maximiliano espingardeado em Queretaro, sucedeu à luta desabridadas ambições individuais, e a rivalidade das facções ensanguentando o México...

...E porque mostrei com os mesmos exemplos, que a citação histórica era contraproducente, voltou o contemporâneo, no artigo a que responde dizendo o seguinte:

— Apega-se o Conde de Oeiras a exemplos, e sobre eles discorre, constituindo o corpo de seu artigo.

E então?

Mais dias menos dias o contemporâneo virá dizer que quem prega doutrinas ultramontanas e absolutistas não é ele, e sim o obscuro escritor destas linhas”⁽³³⁾.

Tais escritos revelam o nível de isolamento das propostas políticas dos jornalistas em relação às preocupações concretas da comunidade, pois que tais debates, sem a mínima continuidade, surgem e somem abruptamente; deslocados, não revelam qualquer índice de penetração no pensamento político dos homens da localidade, isto é, não contribuem representativamente para a educação política dos leitores, são pessoais e nessa medida indicadores de novas tendências que se tornarão perceptíveis à medida em que forem enfocados as formas com que se faziam a propaganda das idéias republicanas no período.

Tudo indica que a doutrinação política, ao desembocar nesse tipo de argumentação, evada de preciosismos literários, elitiza-se. Já não se discute a proposta política em função de problemas reivindicatórios locais e imediatos, capazes de sensibilizar amplas camadas de população. Pois, o debate enquanto se manteve ligado àqueles problemas imediatos da população pode em determinados momentos colocar em pauta a questão do poder e quando não, defini-la.

Foi com a centralização da propaganda republicana em São Paulo, com a fundação da *Província de São Paulo*, que as tendências apontadas acima se cristalizaram, pois tal centralização provocou a descaracterização do conteúdo politizador das reivindicações locais; mais ainda, a *Província de São Paulo* projetou os limites impostos às propostas democráticas veiculadas pelos propagandistas da república. Na medida em que grupos de propagandistas existentes nas diversas localidades foram absorvidos por um único centro diretor, a propaganda perde a possibilidade de abrir espaço junto à população pela impossibilidade de se articular com os

(33) *Gazeta de Campinas*, 7 de maio de 1874, n.º 456.

problemas locais. Rompeu-se uma forma de politização da população, estabeleceu-se mais um mecanismo de controle a partir da "elite".

Como se estabeleceram tais mecanismos? Qual a sua história?

A *Gazeta de Campinas*, mesmo antes do lançamento do Manifesto Republicano de 1870, já fazia a propaganda das idéias republicanas; para tanto, basta observar que antes do número 116, de 22 de dezembro de 1870, quando comenta o lançamento do Manifesto Republicano ocorrido no dia 3 de dezembro do mesmo ano e estende esses comentários à fundação do Clube Republicano, o debate em torno do tema *República* já ia longe. Esses fatos podem ser demonstrados pela leitura dos números anteriores do jornal, especialmente aqueles que comentam e transcrevem artigos sobre acontecimentos ocorridos na França. É o caso dos números dos meses de outubro e novembro de 1870.

A proclamação de Victor Hugo aos franceses, que é um dos inúmeros documentos transcritos, apresenta trechos com esse teor:

"...Porque a crença é o futuro. Porque o futuro é a república" (34).

O número seguinte do jornal aborda na secção internacional o progresso norte-americano, que atribui ao sistema republicano. Em suma, o jornal já de algum tempo era um propagandista republicano, não apenas pelos indícios dos primeiros números ou pelo destaque dado aos escritos de Victor Hugo, mas, sobretudo, pela maneira como o Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870 foi recebido:

"...Acaba de se fundar na corte um clube republicano, em cujo grêmio ao lado de uma mocidade ardente de entusiasmo e de fé no futuro da pátria, contam-se vultos respeitáveis e conhecidíssimos dos nossos anais políticos...

...Assim, pois, aquela nova folha vem hoje falar ao país, em estilo polido e grave, a linguagem sincera e refletida das aspirações que se seguem, de sobre as barreiras da nossa estreita organização social, para os vastos e amplos horizontes do progresso..." (35).

Prolonga seus comentários finalizando com a afirmação que o acontecimento e o jornal serão recebidos com "aplausos pelo público sensato".

(34) *Gazeta de Campinas*, 22 de outubro de 1870, n.º 100.

(35) *Gazeta de Campinas*, 22 de dezembro de 1870, n.º 116.

As posições do jornal ficam mais explicitadas à medida que forem observados os comentários da *Gazeta* quando faz menção à fundação do *Comércio de Santos*:

“...O Comércio de Santos abre as suas colunas à expansão de todas as idéias, mas ele especialmente ondeia aos ares a bandeira sagrada dos princípios democráticos no sentido genuíno e sério da palavra: a república” (36).

Tal associação entre democracia e república será a explicação política dos escritos anteriores ao aparecimento do Manifesto Republicano. Nesse período os editorialistas, especialmente Campos Sales (37), articulam os temas (administração, posição dos conservadores, problemas de mão-de-obra e política exterior) em função de uma perspectiva de luta pela democracia. Posteriormente, essa democracia, como se viu, somente seria possível com o sistema republicano, pois, para os propagandistas republicanos, essas colocações táticas, quando colocadas em função de uma estratégia de poder, desembocariam inevitavelmente na república, única possibilidade de equacionar a liberdade e os “desígnios do estado”.

É evidente que as análises dos textos relativas aos propagandistas da república, consideram também o circunstancial que, muitas vezes, explicitam algumas contradições nas formulações enfocadas pelos políticos republicanos. A esse propósito, dois eventos, em um mesmo momento, captalizam as atenções dos democratas locais: de um lado os acontecimentos políticos na Europa e particularmente na França e, de outro, o aparecimento do jornal *A República* estampando em seu primeiro número o Manifesto Republicano. Estes acontecimentos causam as primeiras grandes interrogações que deveriam ser respondidas pelos ideólogos campineiros de então.

O que representa a Comuna?

Comunismo e República, qual a relação?

De início, em fase do vocabulário absorvido pelos brasileiros através dos artigos de Victor Hugo, e devido à contemporaneidade dos eventos apontados, houve uma tendência à associação destas situações. Convém não esquecer aqui o apoio emprestado pelos “Franc-Maçons” à Comuna, o que, do ponto de vista orgânico, implicou em um estado de dispersão ideológica por parte dos republicanos locais, que em sua maior parte estavam vinculados à Loja Maçônica Independência. Isso se deu fundamentalmente porque a soma de informações que a Comuna trouxe, de um lado, chocou a visão dos liberais comprometidos com o sistema

(36) *Gazeta de Campinas*, 12 de janeiro de 1871, n.º 122.

(37) Números 11 (5/12/1869); 41 (20/3/1870); 57 (19/5/1870); 60 (29/5/1870); 79 (7/8/1870); 85 (1/9/1870).

produtivo e, de outro, entusiasmou a combatividade própria dos jovens jornalistas, que na prática funcionavam como “intelectuais” da república.

Tal perplexidade, como se viu nas amostragens relativas ao setor urbano, atingiu os grupos menos intelectualizados; por isso seria prontamente refreada, mesmo porque foi inegável uma acanhada simpatia de Campos Sales e Francisco Quirino dos Santos à Comuna.

Nesse contexto, duas notas inseridas na *Gazeta*, a primeira em forma de editorial⁽³⁸⁾, fazendo um “Apelo e Filantropia”, convidando a população, e em particular, os cidadãos franceses residentes em Campinas, a contribuir com uma subscrição para ajuda aos franceses da Comuna. Na segunda, poucos números depois, o jornal noticia um roubo ocorrido na cidade utilizando um vocabulário até então não veiculado:

“Parece que nesta terra alguns sujeitos vão já tomando conhecimento com as doutrinas de Proudhon . . .”⁽³⁹⁾.

Estes indicadores demonstram a existência de um período de intenso debate intelectual, debate esse que encaminha o movimento da propaganda republicana para uma direção determinada, que implicou na acomodação ao pensamento expresso pela elite cafeeira das simpatias dos então jovens “pensadores”. Aqueles modismos, não muito convenientes aos fazendeiros, seriam prontamente controlados por mecanismos políticos, e estes se encarregariam de, através da imprensa, recolocar o problema para o consumo dos leitores do jornal. Verifica-se um acomodamento, pretende-se evidenciar que tal acomodamento se dá com o recuo do grupo de jovens vinculados ao trabalho com a imprensa, passando a partir daí a demonstrar atitudes mais “prudentes”.

Em um momento assim caracterizado, é de se supor que as forças contrárias a um possível avanço nas propostas políticas dos propagandistas da república não se fizessem esperar. Ao observarmos o conteúdo e o encaminhamento dessa reação, configura-se também o acomodamento da propaganda republicana ao pensamento do fazendeiro, tal como se vê nos exemplos seguintes:

“A Maçonaria Americana — A loja central americana declara que doravante estão interrompidas as relações entre a maçonaria americana e a francesa. A causa deste rompimento foi a maçonaria francesa aprovar os atos da comuna e os franc-maçons apareceram combatendo entre os mercenários da comuna”⁽⁴⁰⁾.

(38) *Gazeta de Campinas*, 26 de fevereiro de 1871, n.º 134.

(39) *Gazeta de Campinas*, 16 de março de 1871, n.º 139.

(40) *Gazeta de Campinas*, 3 de agosto de 1871, n.º 178.

Tal comunicado permite à maçonaria local, no início da organização, o necessário apoio para a moderação de atitudes e, como se verá nos jornais seguintes, o vocabulário político sofre uma transformação no sentido de encontrar situações acomodadas. A propósito, um outro comentário da *Gazeta* sobre o jornal *A República* é um indicador desse recuo, à medida que esse segundo comentário é feito depois dessas tendências estarem dominadas politicamente:

“Há já algum tempo começou a ser diária esta folha interessantíssima que se publica no Rio de Janeiro para sustentação e doutrinação das idéias democráticas, na sua pureza indispensável ao aperfeiçoamento das sociedades modernas...” (41).

Há nitidamente uma mudança com relação ao tratamento do problema em causa.

Já não se fala em “aspirações que se erguem, de sobre as barreiras de nossa estreita organização social...”. As barreiras, como signo sêmico, implicam em ruptura, ao passo que a palavra aperfeiçoamento introduz um pressuposto qualitativamente diferenciado do anterior. Agora, configura-se uma tônica reformista-continuista, que marcaria a propaganda republicana a partir daí. Em tal perspectiva, Campos Sales passa a tratar em seus artigos especificamente de problemas agrários, como que para desanuviar possíveis equívocos em relação a sua posição quanto ao direito de propriedade e lucro dos fazendeiros.

Um outro detalhe que pode reforçar a análise desses fatos prende-se à figura de Rangel Pestana. Como se sabe, pouco depois da fundação do *A República*, o jornalista e advogado em questão transfere-se para Campinas, e a dar crédito às notícias do jornal, o número 7 do *A República*, tal transferência deveu-se a motivos de saúde. Evidentemente, Rangel Pestana participaria em Campinas do corpo de redatores da *Gazeta de Campinas*. Em 5/4/1872, estando já recuperado, Rangel Pestana retorna ao Rio de Janeiro. Contudo, pouco depois, juntamente com José Maria Lisboa, até então gerente da *Gazeta*, participaria, em São Paulo, da fundação da *Província de São Paulo*.

A referência à Rangel Pestana vem a propósito do tratamento bastante significativo que lhe é dado por José Maria dos Santos (42). “... Rangel Pestana, através de várias fases da propaganda na direção da Província de São Paulo, havia fundamentalmente evoluído. Não era mais o grande e seguro radical de 1869. Era um republicano de tão decidida e flagrante

(41) *Gazeta de Campinas*, 8 de outubro de 1871, n.º 197.

(42) Santos, José Maria dos — *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1960, p. 181.

imitação ianque que já adotara em jornalismo o pseudônimo de Thomas Jefferson...”.

Não apenas Rangel Pestana, mas outros jovens políticos abraçariam o modelo norte-americano, e é a partir deste momento que os propagandistas republicanos afastam-se do francesismo, procurando no ianquismo seus novos padrões para os clichês do comportamento intelectual subsorvente.

Esse momento no qual o movimento republicano é colocado nos trilhos tem na transferência de Américo Brasiliense de Almeida Melo para Campinas uma definição bastante precisa. Américo Brasiliense é tratado com razão pela unanimidade dos autores como conciliador e defensor das tradições elitistas da propaganda republicana. Sua atividade política primou sempre por posições identificadas com o pensamento dos grupos agrários que detinham o poder econômico.

Efetivamente, a partir de janeiro de 1872, quando a *Gazeta* noticia sua vinda para Campinas, se notará que o conteúdo dos editoriais se modifica no sentido de fixar um determinado tipo de visão de república descompromissada com os excessos do movimento de idéias propostos a partir da Comuna. Aliás, no número 306 da *Gazeta*, o argumento é nessa linha: não transplantar o modelo europeu, mas sim observar nossas peculiaridades na adequação das propostas políticas. Tal raciocínio, aparentemente ingênuo, na prática, isolando os acontecimentos e o pensamento político brasileiro de outros modelos, coloca esses jovens jornalistas e políticos, a quem poder-se-ia chamar intelectuais, a reboque dos acontecimentos. Isso ocorre porque entre os grupos sociais estudados apenas o fazendeiro explicita seus projetos de desenvolvimento no aparelho do estado. Tal postura, ao mesmo tempo que fornece o controle da propaganda por uma elite agrária, criará outros mecanismos centralizadores que impediriam o aparecimento de lideranças descompromissadas com os projetos do grupo agrário. Isso se evidenciaria pouco depois, quando o centro de propaganda republicana passaria a ser São Paulo.

Do ponto de vista ideológico, a proposta de Américo Brasiliense torna-se mais clara ao apresentar um artigo editorial de um republicano português, onde contraditoriamente torna possível, agora, adequar o pensamento europeu ao brasileiro:

“O periódico “Correspondência de Coimbra”, de 11 de maio próximo findo, traz um artigo editorial sob aquela epígrafe (Política Interna).

Salvas ligeiras modificações tem o importante escrito grande aplicação à situação política do país.

Se em Portugal, como parece à ilustrada redação do referido jornal, os poderes públicos cada dia mais se esforçam em pre-

parar o advento da república, também cá no Brasil a propaganda recebe eficaz impulso por parte do governo.

Se em Portugal as idéias republicanas são pintadas, pelos adversários, com cores negras, também não nos faltam cá detratores da causa da democracia... A.B.

— Não são os jornais republicanos que fazem em Portugal a propaganda das idéias democráticas; não são as associações que se organizam para formar o partido do futuro; não são as manifestações de Internacional e as conspirações do socialismo, coisas fantásticas ou embrionárias em Portugal, que predispõem os espíritos e educam os povos para a transformação republicana; são os órgãos conservadores da imprensa monárquica, são os representantes da velha e gasta ciência política,...

... Para eles república é sinônimo de anarquia, e se república chega, o povo torna-se desordeiro, desobediente a leis, resiste aos mandatos das autoridades.

Para os monarquistas conservadores e iletrados república é sinônimo de socialismo, não do verdadeiro socialismo cooperador, mas do socialismo vandálico; e se a república chega, o povo ignorante, apaixonado, supersticioso e fanático porque assim o tornaram seus generosos educadores, incendeia os edifícios públicos, varre os cofres do estado, e não poupa os averes dos municípios e das paróquias.

É assim que a imprensa monárquico-conservadora prepara as tempestades revolucionárias e as devastadoras crises sociais...” (43).

Evidencia-se que nas comparações do sistema de governo republicano com os outros tipos de governo apresentados, a preocupação é, de um lado, afastar a proposta republicana do absolutismo anacrônico e ineficiente, de outro, isolá-la das teorias políticas de raízes mais populares ou que pelo menos oferecessem possibilidades de uma participação de contingentes populares mais amplos. Na realidade, colocava-se o problema de encontrar uma “república” onde houvesse um determinado contexto de liberdade paralelamente a um conveniente aparato controlador de idéias e reivindicações alheias aos anseios dos proprietários de capital. A canalização desses descontentamentos levaria a atitudes conciliatórias ao nível das elites políticas; tal conciliação se revelaria fácil e eficiente mecanismo de controle, à medida que as reivindicações dos setores de população não integrados pelos fazendeiros, se convenientemente dirigidos, complementa-

(43) Garcia, M.E. — “Política Interna”, *Gazeta de Campinas*, 29 de junho de 1873, n.º 369.

riam as propostas de progresso e eficiência de que necessitava o fazendeiro para a realização de outras formas alternativas do lucro. Por isso mesmo, no nível ideológico, a posição dos fazendeiros revelava-se como a única saída possível para a sociedade polarizada pelo café.

Tais indicadores de tendências verificam-se na atividade prática como fatores preponderantes para a definição do tipo de organização do partido ou do grupo republicano campineiro.

Como os republicanos campineiros organizam-se?

De que forma atuam organicamente?

O primeiro sintoma de organização de um Clube Republicano Campineiro foi assim noticiado pela *Gazeta de Campinas*:

“...foi uma das reuniões mais notáveis que temos visto e por certo a nossa cidade ainda não presenciou outra igual...”

...A ciência, a indústria, a lavoura e o comércio, enfim, as diferentes profissões que compõem verdadeiramente o que se pode chamar classes sociais estavam figurando...” (44).

Essa notícia refere-se a um jantar oferecido a Saldanha Marinho, grão-mestre maçom, empresário e subscritor do Manifesto Republicano de 1870, quando veio a Campinas para a inauguração da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. A notícia, aliás breve, afirmava, ainda, que a reunião contava com a presença de 150 pessoas (chamados “elementos democráticos”), sendo alguns de outras localidades. Essa notícia veio a ser melhor detalhada no número seguinte do jornal:

“Hoje completaremos a notícia que esboçamos em o número anterior acerca do jantar oferecido pelos republicanos desta cidade, ao dr. Saldanha Marinho...”

Como dissemos, a volta do benemérito cidadão juntava-se n’uma sociedade fervente de fé e de crenças nobres nos destinos de seu país, o conjunto completo das diversas classes de homens assinaladas pelo verdadeiro modo de conhecê-las, isto é, as profissões; advogado em fase do comerciante; o médico junto do industrial, etc...” (45).

Realmente, pela descrição, pode-se inferir que não se tratava propriamente do início de uma organização popular, pois analisando os qua-

(44) *Gazeta de Campinas*, 18 de agosto de 1972, n.º 281.

(45) *Gazeta de Campinas*, 22 de agosto de 1872, n.º 282.

dros componentes da Loja Maçônica, é bom lembrar que Saldanha Maranhão era Grão-Mestre, os republicanos se organizam a partir daquilo que chamam de profissões, o que nesse caso indica uma posição social destacada, quer pela posse de bens economicamente produtivos, quer pela possibilidade de colocar os instrumentos culturais como fatores valorativos do *status* de intelectuais.

Não constituirá surpresa verificar que aproximadamente um mês após esse jantar, tornou-se oficial a existência do grupo republicano de Campinas:

“Reunião Republicana

Na que teve lugar a 3 do corrente os republicanos de Campinas tomaram as seguintes resoluções:

1. Fica estabelecida neste município uma comissão de 5 membros, que terá por fim dirigir os interesses do partido e convocar reuniões quando houver necessidade, conforme a magnitude do assunto sobre que se tenha de deliberar, e sempre que qualquer correligionário o reclamar.

Esta comissão, que será eleita em reunião do partido pela maioria dos votos presentes, funcionará por um ano. Compete-lhe manter as relações por escrito com os diversos núcleos ou clubes republicanos da província, ou de outro qualquer ponto do Brasil.

2. Aceitam as bases e prospectos que foram enviados pela comissão republicana da corte para fundação de um jornal-órgão do partido republicano. E para realização deste fim decidem tratar desde já de levantar capitais e organizar a empresa de acordo com o plano estabelecido nas mesmas bases e prospecto.

3. Respondem a circular do clube republicano da capital da província declarando que aceitam o convite e concorrerão ao congresso provincial que tem de reunir-se para tratar de negócios relativos ao partido sem prejuízo, porém da 2.^a resolução, e ponderando que o lugar mais conveniente para a reunião desse congresso, não é esta cidade e sim a de Itu. . .” (46).

A fundação do jornal não se verificaria de imediato; seria abandonada, ou melhor, transformada em debate. Alguns republicanos entendiam que o partido como tal, não deveria ter seu jornal oficial, devendo essa iniciativa pertencer a indivíduos isolados que resolvessem arcar com a responsabilidade da empresa. Outros prefeririam a existência de um jornal

(46) *Gazeta de Campinas*, 7 de novembro de 1872, n.º 304.



do partido, desvinculado de qualquer empresa particular. Como defensor da primeira proposta, Rangel Pestana fundaria pouco tempo mais tarde a *Província de São Paulo*.

As outras possíveis propostas encaminhadas pelo primeiro documento oficial do grupo republicano campineiro, surgem como corolário das tendências até aqui apontadas no momento em que a propaganda acomoda-se ao pensamento do fazendeiro. É importante ainda lembrar que a presença de Américo Brasiliense nessa comissão representa uma nítida ligação desse grupo com o da capital da província.

A propósito disso convém esclarecer que a comissão eleita compunha-se de cinco membros: Dr. Américo Brasiliense, Dr. Jorge Miranda, Dr. Francisco Quirino dos Santos, Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales e Elias do Amaral e Souza. Como se vê, quatro doutores e um bibliotecário comporiam o primeiro núcleo para a organização do partido republicano em Campinas.

Essa comissão eleita, vinculava-se intimamente aos fazendeiros de café, pois todos os membros, ou como proprietários ou através de laços familiares, viviam em torno dos interesses do café.

Do ponto de vista de concepção política, as resoluções tomadas pelos republicanos de Campinas denotam características “reboquistas”, pois entre as finalidades da comissão expressas pelo documento, constava quase que apenas manter contatos com outros grupos e convocar reuniões. Inexistem preocupações que formulam propostas no sentido de criar nesse novo partido bases políticas mais amplas, capazes de efetivar a propaganda dos “ideais democráticos” em nível orgânico, a fim de que alcancem outros setores da população. A configuração de partido, assim estruturado, é a de um pequeno grupo decisório com amplas possibilidades de manobras e acomodações, o que acabaria por transformar-se em norma política dentro do Partido Republicano.

Não se pode argumentar que os republicanos desconhecêssem alguns enfoques sobre o problema de organização partidária; aliás, Américo Brasiliense é bastante explícito quando afirma: “O trabalho isolado, sem uma organização regular do partido, nunca poderia produzir todos os benefícios efetivos que só mais íntimas relações entre os correligionários e a união de todos na defesa da bandeira assegurariam” (47).

Caberia aqui, para entender o tipo de organização que se coloca no partido republicano em Campinas, observar aquelas variáveis que foram levantadas quando se tratou do início da propaganda. É preciso notar que quando a propaganda estava dando seus primeiros passos, o movimento político na França, à medida que ofereceria quadros de referência novos,

(47) Melo, Américo Brasiliense de Almeida — *O Programa dos Partidos e o II Império*, São Paulo, Tip. Jorge Sckeler, 1878, p. 101.

chegou a comprometer politicamente a participação do fazendeiro, que era o único grupo social no qual os projetos políticos se explicitavam nítida e coerentemente.

Quando se dá então a organização dos republicanos, a “interferência” das idéias da comuna já estava plenamente controlada. A própria organização do partido, após essa “decantação” ideológica, dá-se à medida que a redefinição ou definição do que seria a república e principalmente do que não seria, permitem o desenvolvimento político da oposição ao Império apenas dentro daqueles quadros. Em síntese, pode-se afirmar que para o Partido Republicano havia necessidade de mudar o Império, mas antes de mudar é necessário saber que tipo de mudança não interessa.

Quanto ao item referente à realização da Convenção que seria em Itu a participação dos republicanos campineiros, como a dos outros delegados foi no sentido de transferir as decisões para o Congresso que se realizaria em São Paulo.

A perspectiva da realização do Congresso de São Paulo movimentaria os republicanos locais para que obtivessem uma delegação ao Congresso, pois, como se sabe, as cidades poderiam indicar seus representantes independentemente do local onde residia efetivamente esse delegado. Os republicanos locais movimentam-se para criar redutos eleitorais, assim é que dos 29 delegados presentes em São Paulo, 8 deles são de Campinas, o que somado com os outros 8 de São Paulo, garantiria a maioria absoluta de representantes no Congresso.

Se até então notava-se um grande movimento político em Campinas, passado o período das convenções, a movimentação política cai no marasmo.

A imprensa republicana aqui representada pela *Gazeta de Campinas*, torna-se cada dia mais literária e menos política. A fundação do *O Constitucional*, em 1874, não seria suficiente para manter o debate político, o que seria aparentemente contraditório, pois *O Constitucional* propôs-se precisamente a discutir em defesa dos princípios “monárquicos constitucionais”.

Como explicar esse esvaziamento?

Aqui, algumas variáveis devem ser retomadas. Inicialmente o fato de que no presente momento, para a subsistência do jornal como empresa, a conquista dos anunciantes revelava-se absolutamente necessária, dado ao volume crescente de anúncios, transformando cada vez mais o jornal em empresa; secundariamente, à medida que os republicanos abandonavam, no plano ideológico, uma linha de argumentação mais radical em troca de formulações reformistas e conciliatorias, o debate político tendia a desligar-se do público, permanecendo como evidenciador de posições conciliadoras e, do ponto de vista de organização, inseqüentes, incapazes de questionar o problema do poder.

Finalmente, a centralização do movimento e das decisões, no nível de direção, verificado com o Congresso de São Paulo, inibiria o desenrolar de iniciativas fora desse centro. Isso se reforça à medida que a imprensa paulistana passava a ser o órgão oficial do Partido Republicano.